

# A APRECIÇÃO MORAL DA MANIFESTAÇÃO DA VONTADE INDIVIDUAL NA FILOSOFIA DE SCHOPENHAUER

Jéssica Barros Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** Para o filósofo alemão Arthur Schopenhauer (1788 – 1860) a essência de tudo o que existe na natureza é vontade. O homem é uma das diversas aparências que a vontade assume quando aparece em seu espelho: o mundo como representação. Este trabalho elege como objeto de estudo a análise moral das peculiaridades assumidas pela vontade ao objetivar-se enquanto essência, ou caráter individual. A análise moral do caráter de cada ser humano deve partir da análise da natureza da motivação por trás de suas ações – ou “atos de vontade”. Schopenhauer estabelece três motivações básicas para o agir: o egoísmo, a maldade e a compaixão. Cada uma delas está associada a um grau de veemência específico da vontade, o qual, por sua vez, determina o quão atado ao princípio de individuação – princípio que reúne as formas *a priori* do espaço e do tempo na apreensão das múltiplas aparências da vontade – é o modo como funciona o conhecimento deste sujeito. Para Schopenhauer a conduta moral só é possível quando o princípio de individuação não domina o modo de conhecer do sujeito permitindo-lhe reconhecer que a sua essência é idêntica à do outro. É desse reconhecimento que nasce o sentimento de compaixão, sentimento que para Schopenhauer é a motivação por trás dos atos de justiça e de bondade, ou de toda ação dotada de valor moral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vontade; Moral; Schopenhauer; Compaixão; Princípio de individuação.

**ABSTRACT:** For the German philosopher Arthur Schopenhauer (1788 - 1860) the essence of everything that exists in nature is will. Man is one of the various appearances that the will assumes when it appears in its mirror: the world as a representation. This work chooses as an object of study

---

<sup>1</sup> Titulação: Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Vínculo profissional: Professora de Filosofia no Colégio Ciências Aplicadas - Natal, RN. E-mail para contato: [jessicafree@gmail.com](mailto:jessicafree@gmail.com)

the moral analysis of the peculiarities assumed by the will when objectifying itself as the essence, or individual character. The scope of morality opens up in Schopenhauerian thought from the analysis of the nature of the motivation behind the actions – or “acts of will”. Schopenhauer establishes three basic motivations for acting: egoism, malice and compassion. Each of them is associated with a specific degree of vehemence of the will, which, in turn, determines how attached to the principle of individuation – a principle that gathers the *a priori* forms of space and time in the apprehension of the multiple appearances of the Will. For Schopenhauer, moral conduct is only possible when the principle of individuation does not dominate the subject’s way of knowing, allowing him to recognize that his essence is identical to that of the other. It is from this recognition that the feeling of compassion is born, a feeling that for Schopenhauer is the motivation behind the acts of justice and kindness, or of any action endowed with moral value.

**KEY-WORDS:** Character; Will, Moral, Schopenhauer, Compassion; Principle of individuation.

### Considerações iniciais

A essência humana, na visão de Arthur Schopenhauer, consiste na vontade. Esta é a conclusão a que o filósofo chega após analisar o conteúdo da autoconsciência e verificar que a natureza deste é invariavelmente volitiva<sup>2</sup>. Enquanto um pensador metafísico, Schopenhauer se interessava por desvendar a essência última da realidade e, ao voltar-se para a questão sobre “o que é o homem?”, isso não era diferente. Schopenhauer analisa o ser humano buscando discernir o que ele é em sua essência, em seu núcleo mais profundo, que não pode ser condicionado por nada de natureza material, mas que deve ser necessariamente metafísico, totalmente alheio às leis do mundo fenomênico.

O conceito de *vontade* assume diferentes significações ao longo da obra de Schopenhauer. “Vontade de vida”, ou simplesmente “vontade<sup>3</sup>”, é a expressão empregada por Schopenhauer para designar não só a essência humana, mas também, por analogia, a essência do mundo como um todo. O significado mais profundo da natureza como um todo, ou sua significação metafísica é “Vontade de vida”, ímpeto cego e incansável pela existência, que jamais encontra uma satisfação final. Para Schopenhauer cada objeto do mundo natural, seja ele pertencente ao reino mineral, vegetal ou animal, é uma *objetidade*, isto é, uma manifestação efetiva da vontade no mundo

---

<sup>2</sup> Schopenhauer defende sua tese fundamental de que a vontade constitui a essência metafísica e o núcleo do homem, no capítulo 19 do Tomo II de *O mundo como vontade e representação* (MVR II), intitulado “Do primado da vontade na autoconsciência”. Neste texto, o filósofo fornece diversos exemplos de fatos da vida interior do homem que atestam que o intelecto não passa de um instrumento servil da vontade, que tem a primazia sobre ele e o domina em todos os sentidos, controlando assim todo o nosso conhecimento.

<sup>3</sup> Não há um consenso entre os tradutores e comentaristas de Schopenhauer sobre o uso da letra “v” maiúscula ou minúscula da palavra vontade, que no original alemão aparece sempre com a inicial maiúscula, *Wille*, seguindo as determinações da gramática alemã de grafar substantivos com letras maiúsculas. No entanto, de modo geral usa-se “Vontade” para designar a essência do mundo como um todo, e “vontade” para se referir à essência de um indivíduo em particular.

material. Em outros momentos de sua obra, o termo *vontade* é usado pelo filósofo como sinônimo de *caráter* individual. É sobre a leitura moral da manifestação do caráter individual – conduta humana – que nos ocuparemos aqui.

Antes, porém, cabe mencionar um crucial conceito da teoria do conhecimento de Schopenhauer usado pelo filósofo para falar de qualquer fenômeno individual, o “*principium individuationis*”, ou princípio de individuação. Este conceito é usado para designar as formas *a priori* do espaço e do tempo na apreensão das múltiplas aparências particulares da vontade pelo intelecto. O princípio de individuação atua no intelecto sempre que conhecemos um determinado objeto enquanto um indivíduo separado dos demais objetos, ocupando uma posição única no espaço e tempo. Este conceito consiste na realidade em uma subdivisão efetuada por Schopenhauer em seu “princípio de razão” que compreende as quatro formas *a priori* que regem todo o conhecimento empírico: a relação sujeito-objeto, o tempo, o espaço e a causalidade. No entanto, Schopenhauer defende que o princípio de razão – e o princípio de individuação – falha completamente em nos revelar a essência por trás das aparências. O modo de conhecimento advindo das formas do princípio de razão está restrito à consideração do mundo como representação, não abarcando a compreensão metafísica do mundo, segundo a qual, este é essencialmente Vontade. Neste artigo veremos como Schopenhauer relaciona o conceito de *principium individuationis* com a ética, uma vez que, para ele, a conduta dotada de verdadeiro valor moral só pode se manifestar se o *principium individuationis* não dominar o conhecimento do sujeito.

No capítulo 47 do segundo volume de sua obra magna *O mundo como vontade e representação* (MVR II) Schopenhauer (2014, p. 317) nos diz que:

As investigações morais são incomparavelmente mais importantes do que as físicas, e em geral do que todas as outras, o que decorre do fato de que elas quase imediatamente dizem respeito à coisa em si mesma, nomeadamente, àquele fenômeno dela no qual, diretamente exposta à luz do conhecimento imediato, ele revela sua verdadeira essência como *Vontade*.

Para Schopenhauer a dimensão moral do ser humano diz respeito à vontade, isto é, à essência metafísica do indivíduo. A vontade individual corresponde à índole, ou caráter moral, constituindo-se como o que há de essencial e imutável naquele ser. É considerando o ser humano desde o ponto de vista moral que “as profundezas do nosso próprio interior abrem-se à consideração” (SCHOPENHAUER, 2015b, [Cap. 47] p. 704). O filósofo defende que apenas em sua filosofia o estudo da moral recebe seu devido tratamento, pois, ao passo em que esta estabelece que a essência do ser humano é sua própria vontade e que o fazer se segue do ser – seguindo a fórmula escolástica: *operari sequitur esse* –, o homem é moralmente responsável por tudo o que faz.

Como o âmbito da ação diz respeito ao domínio da ética, podemos dizer que toda a ética schopenhaueriana é pautada na análise do significado moral das condutas que são expressões de um tipo de caráter específico.

### **A apreciação moral da conduta humana para Arthur Schopenhauer**

O autor, em seu escrito *Sobre o fundamento da moral*, distingue três motivações fundamentais por trás das ações humanas: egoísmo, maldade e compaixão, e as caracteriza sistematicamente da seguinte maneira: “a. Egoísmo que quer o próprio prazer [*Wohl*] (é ilimitado) b. Maldade, que quer a dor [*Wehe*] alheia (chega até a crueldade mais manifesta) c. Compaixão, que quer o prazer [*Wohl*] alheio (chega até a nobreza e a magnanimidade)” (SCHOPENHAUER, 2002a, p. 234). Nos parece que, para Schopenhauer, cada caráter possui estas três tendências dentro de si em uma proporção específica e bastante diversa, com uma delas sendo a motivação ética predominante por trás das ações do indivíduo. Os motivos que se apresentarem ao sujeito determinarão sua conduta de acordo com a proporção existente destas três tendências ou motivações. Schopenhauer explica que, por exemplo, “[s]obre um caráter egoísta, apenas os motivos egoístas terão força; e aqueles que apelam para a piedade, ou para a maldade, não poderão competir com eles: ele sacrificará tão pouco seus interesses para vingar-se de seu inimigo, como para ajudar seu amigo” (2002a, p. 278)

O egoísmo, pelo menos em sua dimensão natural, é a motivação que prevalece não só no ser humano mas em todo o reino animal, sendo isto a simples expressão da afirmação da vontade individual. Assim, cada um procura assegurar antes de tudo a própria sobrevivência e bem-estar em um mundo competitivo em que vigora uma luta incessante entre os indivíduos tanto dentro de uma mesma espécie, na disputa por poder e vantagens dentro do grupo, como entre espécies diferentes nas relações de predação e busca de controle de território. Com efeito, egoísmo nasce do fato de que, embora toda a natureza seja a representação de uma Vontade una, indivisa e igual, ela é conhecida dentro do espaço e do tempo como sendo composta por uma pluralidade de indivíduos distintos e separados por intermédio do *principium individuationis*. O sujeito que se percebe único e separado dos outros seres é em si mesmo essencialmente Vontade de vida, isto é, a única coisa real que não é um mero fenômeno [*Erscheinung*], aparência, ou representação. Já todos os demais seres existem para ele apenas como representação. Diz Schopenhauer (2015a, [§61] p. 385):

[...] a vontade encontra-se por inteiro indivisa em cada aparência, e em torno de si vê a

imagem inumeráveis vezes repetida de sua própria essência. Mas esta mesma, ou seja, o que é de fato real, ela só encontra imediatamente só em seu interior. Eis por que cada um quer tudo para si, quer tudo possuir, ao menos dominar, e assim deseja aniquilar tudo aquilo que lhe opõe resistência.

Além disso, como na filosofia de Schopenhauer o sujeito que conhece é o sustentáculo do mundo, *para tal sujeito* a existência mesma dos seres exteriores é dependente da sua própria existência, o que pode ser tido como o fundamento metafísico para o fato de que cada indivíduo faz de “si mesmo o centro do universo antepondo a própria existência e o bem-estar a tudo o mais, sim, do ponto de vista natural está preparado a sacrificar qualquer coisa, até mesmo aniquilar o mundo simplesmente para conservar mais um pouco o próprio si-mesmo” (2015a, p. 385-386), o qual, no entanto, não passa de uma gota em meio ao oceano.

É na consciência humana – a que atingiu o grau de desenvolvimento mais elevado na natureza – que o fenômeno do egoísmo se manifesta com mais força, distinção e requinte, fazendo com que o conflito entre os indivíduos suscitado por ele entre em cena do modo mais horrível, o que é atestado pelas guerras que assolam o mundo. Mas, também no cotidiano da vida em comunidade, o egoísmo é o motivo dominante por trás da conduta humana, fazendo com que no convívio social impere o que Hobbes chamou de a “guerra de todos contra todos”, expressão muito apreciada por Schopenhauer (2015a, p. 386-387), que diz:

Observamos não apenas como cada um procura arrancar do outro o que quer ter, mas inclusive como alguém, em vista de aumentar seu bem-estar por um acréscimo insignificante, chega ao ponto de destruir toda a felicidade ou vida de outrem. Eis aí a suprema expressão do egoísmo, cujas aparências, nesse aspecto, são superad[a]s apenas por aqueles da pura maldade, que procura, indiferentemente e sem benefício pessoal algum, a injúria e a dor alheia.

Assim, o egoísmo e a maldade são os motivos por trás do que se convencionou chamar de *injustiça*. Para Schopenhauer, a injustiça ocorre quando um indivíduo, sedento de afirmar a própria vontade, invade os limites da afirmação da vontade do outro, seja pelo exercício da violência ou da astúcia, fazendo com que o injustiçado sirva com prejuízo próprio à vontade do injusto. Uma dor espiritual imediata é sentida por quem sofre a injustiça para além da dor física ou do pesar gerado pela perda em questão em virtude da negação de sua vontade por uma vontade alheia. Quem comete a injustiça, na visão de Schopenhauer (2015a, [§62] p. 388), não o faz impunemente, pois do ponto de vista subjetivo, ele é acometido de “um sentimento obscuro, o qual se denomina remorso, ou, mais de acordo com o presente caso, sentimento de *injustiça cometida*”, que surgiria devido ao fato de que, em essência, quem sofre e quem comete a injustiça são a mesma Vontade e, assim, quando um violenta ou engana ao outro, a Vontade está entrando em conflito consigo mesma e

“cravando os dentes na própria carne” (p. 388).

A justiça, para Schopenhauer (2015a, [§62] p. 393) é um conceito negativo e compreende a negação da injustiça: “a ele será subsumida toda ação que não ultrapasse o limite acima exposto, vale dizer, não seja negação da vontade alheia em favor da mais forte afirmação da própria vontade”. Injustiça e justiça são determinações morais que se referem à índole da conduta do indivíduo. A conduta do indivíduo, consiste no que Schopenhauer chama de *caráter empírico*, o qual é a manifestação no espaço e no tempo de seu *caráter inteligível*, ou de sua essência metafísica imutável. Assim, ao passo em que se manifesta no mundo, o caráter imutável assume um valor de ordem moral para Schopenhauer a partir da íntima significação da conduta da pessoa. O filósofo defende que esta significação anuncia imediatamente a si na consciência pois a prática da injustiça se faz acompanhar de uma dor interior, isto é, de um peso de consciência, enquanto que quem sofre injustiça está dolorosamente consciente da negação da própria vontade, o que lhe parece errado e o revolta. A prática da justiça, por outro lado, se reflete em uma consciência tranquila. Tudo isso dá fundamento ao direito natural que, para Schopenhauer (2015a, [§62] p. 396), seria melhor definido pela expressão *direito moral*, “pois sua validade não se estende ao sofrimento, à realidade externa, mas só ao ato e ao autoconhecimento oriundo desse ato da vontade individual, autoconhecimento que se chama *consciência moral*”. Neste sentido, tal autoconhecimento enquanto consciência moral não parece ser da ordem de um conhecimento abstrato, mas parece dizer respeito a uma espécie de sensação de cunho psicológico que pode ser dolorosa ou aprazível que se dá imediatamente após ter-se agido de modo justo ou injusto.

As pessoas possuem ídoles com diferentes qualidades morais. As pessoas eminentemente boas e as eminentemente más ocupariam dois extremos, havendo entre elas uma maioria composta pelo contingente dos simplesmente egoístas que agem majoritariamente visando o benefício próprio sem se darem ao trabalho de fazer nem o bem, nem o mal aos outros. No entanto, não existe bem e mal absolutos para Schopenhauer; tais valorações são sempre relativas, bom é tudo aquilo que está de acordo com uma determinada vontade, e mau é o que a contraria. “Aqueles cujo caráter os leva em geral a não obstarem os esforços da vontade alheia mas antes os fomentam, que portanto são continuamente prestativos, generosos, amigáveis, caridosos, são chamados *bons* devido à relação de sua conduta com a vontade dos outros em geral” (SCHOPENHAUER, 2015a, [§65] p. 419). Já o ser humano que se convencionou a chamar de mau é aquele “sempre inclinado a praticar a *injustiça*, assim que a ocasião se apresente e nenhum poder o coíba” (p. 421).

O filósofo aponta duas características como os elementos básicos do mau caráter: uma

vontade extremamente veemente que ultrapassa em muito a afirmação do próprio corpo e um conhecimento fortemente pautado no *principium individuationis*. Tal modo de conhecimento faz com o sujeito considere todos os demais como seres totalmente separados e distintos dele mesmo, possuidores de uma essência estranha à sua e cujo bem-estar não lhe interessa em nada. Os outros não passariam de máscaras sem realidade.

No entanto, como sabemos, para Schopenhauer, a pessoa má está equivocada em julgar-se um fenômeno distinto dos outros seres, pois, na realidade, a essência de todos é a mesma Vontade de vida. Schopenhauer defende que, no fundo, lá no íntimo de sua consciência, o malvado sabe que todos os seres são em essência um só ser e sente um horror íntimo frente aos seus atos, horror que ele tenta ocultar de si mesmo. Na realidade “o atormentador e o atormentado são um” (SCHOPENHAUER, 2015a, [§65] p. 411), são a mesma Vontade e participam do mesmo sofrimento, entretanto, quanto mais veemente for a manifestação da Vontade de vida em um indivíduo, mais ele há de sofrer. Assim, a grande veemência da vontade da pessoa má já lhe assegura que ela sofra mais que as pessoas de vontade branda por viver em um estado de dolorosa insatisfação constante. O mau chega a ser cruel quando causa sofrimento ao outro não com o usual fim de servir à própria vontade, que é típico da maldade, mas quando causar dano ao outro constitui um fim em si mesmo sem ocasionar nenhum benefício concreto ao cruel. A crueldade, explica Schopenhauer, acontece quando o sofrimento alheio é um espetáculo que regozija a pessoa cruel que invariavelmente é dotada de uma subjetividade atormentada, inconsolável e miserável, incapaz tanto da virtude quanto da genuína alegria. A capacidade de ter genuínos bons sentimentos e de fruir da vida de modo tranquilo das pessoas de boa índole desperta a inveja do malvado e do cruel, que se lançam à tarefa de impor-lhes dor e assim obter algum consolo para a própria miséria enquanto contempla a miséria alheia.

Toda virtude genuína, a justiça sendo a primeira delas, nasce de um modo de conhecimento que vê através do *principium individuationis*, ou do véu de Māyā<sup>4</sup>. A virtude autêntica, diz Schopenhauer (2015a, [§66] p. 427), “tem de brotar do conhecimento intuitivo, que reconhece no outro indivíduo a mesma essência que a própria”. Tal conhecimento intuitivo do qual nasce toda virtude é o conhecimento que não está restrito ao princípio de razão e ao *principium individuationis*

---

<sup>4</sup> “Véu de Māyā” é um conceito oriundo do pensamento hindu, do qual Schopenhauer se vale para designar o véu, ou o bloqueio que consiste em uma ignorância de natureza metafísica que turva a compreensão da realidade dos indivíduos que não conseguem se desprender do conhecimento condicionando pelo princípio de individuação que o faz agir sempre em virtude de seus próprios interesses sem se importar com o bem-estar dos demais.

e, ao passo em que não diz respeito às aparências, nos parece certo dizer que se trata de um conhecimento metafísico. Este conhecimento é o fundamento de toda a ética schopenhaueriana. Não se trata de um conhecimento abstrato, comunicável em palavras. Se este fosse o caso, a virtude poderia ser ensinada através de discursos morais e explicações conceituais, mas a virtude advém da índole do querer de cada um, e este não pode ser ensinado – *velle non discitur* –, é originário. No entanto, conhecimentos abstratos, dogmas e também hábitos e exemplos, embora não possam alterar a disposição do caráter, atuam como motivos que podem influenciar a conduta do sujeito e levá-lo a aprender a dissimular seus sentimentos e agir conforme o que o se espera dele. No entanto, atos tidos como bons que sejam motivados apenas por dogmas ou princípios morais abstratos não possuem valor moral para Schopenhauer, mas apenas aqueles que brotam do conhecimento intuitivo da unidade essencial entre os diversos fenômenos, mesmo que de modo inconsciente e imediato. Este conhecimento não é de natureza racional e discursiva, mas se dá antes, na forma do sentimento de compaixão.

Schopenhauer (2015a, [§67] p. 436) diz que “o amor puro (*αγάπη*, *caritas*), em conformidade com a sua natureza, é compaixão”. Este amor é *puro* na medida em que é *desinteressado*, isto é, visa apenas ao alívio do sofrimento alheio, o qual “é compreensível imediatamente a partir do próprio sofrimento e posto no mesmo patamar deste” (p. 436). A essência da compaixão consiste em participar imediatamente na dor do outro – porque só à dor e não ao prazer se refere a compaixão, já que, para Schopenhauer, o prazer é sempre negativo, se dá como alívio de um estado de carência, tédio ou dor que são as experiências usuais dos seres humanos sempre acossados por suas tirânicas e incansáveis vontades.

Santa María (2002, p. XXXVI) chama a atenção para o fato de que Schopenhauer deixa claro que a compaixão não supõe um engano da imaginação acerca de quem é quem, nem tampouco um apropriar-se da dor de outro indivíduo, ou seja, não se trata de uma confusão no âmbito das aparências individuais, mas, sim, da identificação com a essência do outro, uma vez que se viu além do *principium individuationis*. A visão para além do *principium individuationis* se dá em graus distintos de profundidade segundo Schopenhauer. Vejamos as palavras do filósofo nesta interessantíssima passagem:

A justiça voluntária tem sua origem mais íntima em um *certo grau de visão que ultrapassa o principium individuationis*; enquanto o injusto, ao contrário, permanece completamente envolto neste princípio. *Essa 'visão que transpassa' dá-se não apenas no grau exigido pela justiça, mas também em graus mais elevados*, os quais impulsionam à benevolência, à beneficência positiva, à caridade: e isso é algo que pode acontecer não importa o quão vigorosa e enérgica é em si a vontade que aparece em tal indivíduo. Nele o conhecimento

sempre poderá conduzir à equanimidade, ao ensiná-lo a resistir à tentação da injustiça; pode até mesmo produzir graus de bondade, sim, de resignação. Por consequência, o ser humano bom de modo algum deve ser considerado como uma aparência originariamente mais fraca da vontade que a do ser humano mau; na realidade, *em quem é bom, o conhecimento domina o ímpeto cego da vontade* (SCHOPENHAUER, 2015a, [§66] p.431, grifos nossos).

Nesta passagem, Schopenhauer diferencia a pessoa que pratica a justiça da que pratica a bondade e a caridade, atribuindo a cada uma delas graus distintos da visão que transpassa o princípio de individuação. A passagem em que o autor diz que “em quem é bom, o conhecimento domina o ímpeto cego da vontade” é particularmente digna de atenção, posto que evidencia uma íntima conexão entre a bondade e o conhecimento. Na pessoa boa o conhecimento domina o ímpeto cego da vontade. Esta consideração de Schopenhauer abre a porta para discussões interessantes, como, por exemplo: uma vez que Schopenhauer defende ao longo de sua obra que o intelecto é um servo da vontade, e o conhecimento é um produto das funções intelectuais, o que precisamente o filósofo quer dizer quando afirma que “em quem é bom, o conhecimento domina o ímpeto cego da vontade?” Não nos lançaremos à complicada tarefa de oferecer uma resposta para este questionamento no presente artigo, queremos com ele apenas chamar a atenção para o modo intrincado como o conhecimento se relaciona com a vontade na filosofia de Schopenhauer.

Sabemos a partir da leitura do Livro III do primeiro volume do *Mundo como Vontade e como Representação* (MVR I) que o conhecimento das Ideias é capaz de silenciar momentaneamente a vontade na ocasião da experiência estética; já o Livro IV nos diz que o “conhecimento perfeito da essência do mundo” atua como “*quietivo* da vontade, produz resignação, a renúncia, não apenas da vida mas da Vontade de vida mesma” (SCHOPENHAUER, 2015, [§51], p. 293), tema que, no entanto, foge ao escopo deste artigo. Todavia, antes de chegar ao fenômeno da renúncia propriamente dita, isto é, da negação da vontade, vemos Schopenhauer novamente articulando um certo tipo de conhecimento com a vontade. Nesse caso, trata-se do conhecimento que “transpassa o *principium individuationis*” e que se dá em diferentes graus. Gostaríamos ainda de lembrar as seguintes palavras de Schopenhauer (2015a, [§67] p. 436) ao elucidar o que está por trás da conduta moral e da nobreza de caráter: “o que pode mover a bons atos e a obras de amor, é sempre tão somente o *conhecimento do sofrimento alheio*, compreensível imediatamente a partir do próprio sentimento e posto no mesmo patamar deste”. Tal conhecimento do sofrimento alheio só é possível se o princípio de individuação não domina por completo o intelecto do sujeito cognoscente.

O grau mais superficial de visão para além do referido princípio é o que possibilita a justiça. Nas palavras de Schopenhauer, o justo

[...] mostra que *reconhece* sua essência, a Vontade de vida como coisa-em-si, também na

aparência de outrem dado como mera representação, portanto reencontra a si mesmo nessa aparência em um certo grau, ou seja, desiste de praticar a injustiça, isto é, não inflige injúrias. Exatamente neste grau vê através do véu de [M]âyā: e iguala a si o ser que lhe é exterior: não o injuria (SCHOPENHAUER, 2015a, [§66] p. 430).

O justo se abstém de negar a vontade alheia com o propósito de afirmar a sua própria vontade, isto é, ele não causa dano ao outro na busca por aumentar o seu prazer e bem-estar como faz o injusto, cujo conhecimento está completamente envolto pelo princípio de individuação. A justiça é para Schopenhauer a virtude que consiste na limitação do próprio egoísmo a fim de não causar dano algum a ninguém, trata-se de uma virtude negativa. A bondade, a benevolência, ou a caridade, por outro lado, são virtudes positivas, que vão além da justiça, a pessoa boa não se limita a não causar o mal a outrem, mas age ativamente em prol do bem ou do prazer alheio. A pessoa de bom caráter é aquela que pratica habitualmente ações altruístas, isto é, destituídas de qualquer motivação egoísta e totalmente voltadas para o bem do outro. Tais ações têm seu fundamento na compaixão e são as que possuem o valor moral mais elevado segundo Schopenhauer. É oportuno trazermos neste momento a bela passagem acerca da bondade de coração que Schopenhauer escreve no contexto de sua argumentação a favor da primazia da vontade na autoconsciência no capítulo 19 do MVR II. Lá o filósofo diz:

*Pois a bondade de coração é uma qualidade transcendente, pertence a uma ordem de coisas para além desta vida e é incomensurável com qualquer outra perfeição. Onde está presente em elevado grau, torna o coração tão grandioso, que envolve o mundo, de tal forma que agora tudo está nesse coração e nada mais é exterior a ele; pois a bondade de coração identifica todos os seres consigo mesma* (SCHOPENHAUER, 2015b, [Cap. 19] p. 281, grifos nossos).

Ao escrever que a bondade de coração é uma “qualidade transcendente”, que “pertence a uma ordem de coisas para além desta vida”, Schopenhauer está se referindo à natureza metafísica e, portanto, destituída de fundamento do caráter moral do indivíduo. O escopo da metafísica, ou da coisa-em-si, nada tem a ver com as formas do princípio de razão, entre elas a forma da causalidade que atribui fundamentos para os fenômenos do mundo que conhecemos empiricamente. Logo, uma vez que a vontade, ou o caráter de alguém é de natureza metafísica, não faz sentido buscar por explicações causais para a natureza deste. A índole predominante no coração de alguém, seja esta, boa, má, egoísta ou compassiva, é fruto de um ato livre de autodeterminação da Vontade e não pode ser alterada por fatores externos, tais como o contexto sociocultural em que alguém vive ou a educação que este recebe. No entanto, é claro que o contexto no qual a vida do sujeito se desenrola apresentará para ele uma série determinada de motivos os quais farão emergir um determinado modo de agir, revelando assim apenas algumas certas facetas de seu caráter e não todas elas. Logo, a apreciação moral de um caráter é necessariamente sempre precária uma vez que parte da

observação do sujeito inserido dentro de um contexto específico e respondendo a um conjunto de motivos determinado.

Outro ponto que devemos comentar acerca da passagem que acabamos de citar, que é de especial relevância para nossa presente exposição, é o fato de Schopenhauer dizer que “a bondade de coração identifica todos os seres consigo mesma”. Tal bondade faz com que os fenômenos externos que aquele indivíduo conhece sejam trazidos para dentro de seu coração, de modo que “nada mais é exterior a ele”. Ora, é justamente nisto que consiste a superação do princípio de individuação no modo de conhecimento do sujeito. Novamente, chamamos a atenção para o fato de que o conhecimento de que falamos aqui não é um conhecimento ordinário da ordem dos fenômenos apreendidos segundo o princípio de razão. Schopenhauer não é muito claro ao tratar da natureza específica desse conhecimento, dizendo apenas, como já citamos anteriormente, que se trata de um “conhecimento intuitivo, que reconhece no outro indivíduo a mesma essência que a própria” (SCHOPENHAUER, 2015a, [§66] p. 427). Este conhecimento que transpassa o véu de Mâyā, por mais obscuro e misterioso que seja, é certamente apontado pelo filósofo como um modo de (auto)conhecimento de natureza metafísica, como fica claro na seguinte passagem:

Decerto, para o conhecimento, nos moldes em que se apresenta a serviço da vontade e como chega ao indivíduo enquanto tal, *o mundo não aparece naquela forma em que finalmente é desvelado ao investigador, ou seja, como a objetividade de uma única e mesma Vontade de vida, que é o investigador mesmo*; mas, como dizem os indianos, o véu de [M]âyā turva o olhar do indivíduo comum: a este se mostra, em vez da coisa em si, meramente a aparência no tempo e no espaço, no *principim individuationis* e nas demais figuras do princípio de razão: limitado a tal forma de conhecimento, o indivíduo não vê a essência das coisas, que é uma, mas suas aparências isoladas, separadas, inumeráveis, bastante diferentes e opostas entre si (SCHOPENHAUER, 2015a, [§63] p. 408-409, grifo nosso).

Repitamos: o investigador mesmo reconhece a identidade existente entre ele e todo o mundo ao passo que ambos não passam de objetividade de “uma única e mesma Vontade de vida”. O reconhecimento da identidade metafísica existente entre si mesmo e o mundo, é como dito, o fundamento do sentimento de compaixão, o mais alto degrau da escala de valoração moral estabelecida por Schopenhauer em sua ética.

Temos de lembrar ainda que Schopenhauer reconhece, assim como Kant, a impossibilidade de se ter certeza acerca do valor moral de uma ação, uma vez ser impossível assegurar-se de que não houve de fato nenhum interesse em ganho pessoal por parte do agente que a praticou. No entanto, parece-nos que cabe inquirir: se o agente da ação, ao ver através do *principium individuationis*, reconhece ser essencialmente igual ao outro com quem está em contato, não seria natural que o mesmo amor compassivo e desejo de trazer benefício ao outro fosse sentido também

em relação a si mesmo? Visto que este em nada de essencial difere do outro, e deste modo o bem-estar de todos os seres, inclusive o dele mesmo, seria o seu interesse. É certo que a ação cujo motivo determinante reside unicamente em obter um bem pessoal não pode ser tida como moral, mas a que visa o bem comum tem de ser moral, mesmo que o do agente da ação também se encontre entre os beneficiados por ela.

Com efeito, Schopenhauer diz haver uma recompensa inestimável para aqueles que praticam ações morais, a saber: a boa consciência, a calma e a jovialidade de ânimo, que só podem ser gozadas pelas pessoas boas. Vejamos as palavras de Schopenhauer (2015a, [§66] p. 433-434) nesta notável passagem:

[...] a *boa consciência* é a satisfação sentida após cada ato desinteressado. A boa consciência surge do fato de o ato desinteressado, nascendo do reconhecimento imediato da nossa própria essência em si na aparência de outrem, dar-nos novamente a confirmação do seguinte conhecimento: que o nosso verdadeiro eu não existe apenas na própria pessoa, esta aparência individual, mas em tudo o que vive. Desse modo, o coração se sente dilatado; enquanto no egoísmo, contraído. Pois se o egoísmo concentra nossa participação na aparência singular do nosso próprio indivíduo, e assim o conhecimento torna presentes os inumeráveis perigos que ameaçam continuamente essa aparência e dessa forma a ansiedade e a preocupação transformam-se no fundamental da nossa disposição, ao contrário, o conhecimento de que a essência em si é intrínseca a todo ser vivo e não apenas à nossa própria estende nossa empatia a todo ser vivo: e com isso o coração se dilata. Portanto, pela participação diminuída do próprio eu, a preocupação angustiada em relação ao mesmo é enfrentada e reduzida em sua raiz: daí a jovialidade de ânimo, calma e confiança proporcionadas pela virtuosa disposição de caráter e boa consciência.

Vemos aí como o bom caráter predispõe para a bem-aventurança. De fato, o homem mau segundo Schopenhauer, vive acossado por intermináveis sofrimentos e inquietudes, desconhecendo totalmente o que seriam o bem-estar genuíno, a calma e a paz de espírito. Estas, só existem para a pessoa dotada de um bom caráter. O bom caráter parece ser a condição inata que permite ao sujeito ter um modo de conhecimento que não esteja envolto no véu de *Mâyā*, o qual faz com que o mundo consista em fenômenos separados uns dos outros dentro do espaço e do tempo. Schopenhauer deixa claro que ver além do *principium individuationis*, isto é, ter acesso ao conhecimento imediato e intuitivo de que nosso verdadeiro ser é igual ao de todos os demais fenômenos é algo que não depende do intelecto, mas unicamente do caráter, ou vontade. Diz Schopenhauer (2015b, [§47] p. 717):

[...] o mais excelente caráter pode ser encontrado mesmo num entendimento fraco, e ademais o despertar da nossa compaixão não é acompanhado de esforço algum de nosso intelecto. Antes, parece que a exigida visão que transpassa o *principium individuationis* existiria em cada um, se sua *vontade* não se opusesse a ela, vontade que, como tal, devido à sua influência imediata, secreta e despótica sobre o intelecto, na maioria das vezes não tolera esse transpasse; de modo que ao fim toda culpa recai de fato sobre a *vontade*, o que ademais, adequa-se à ordem das coisas.

Um modo de conhecimento no qual não existam fronteiras tão rígidas entre o si mesmo e o mundo, entre o que é do interesse pessoal e o que é do interesse alheio, ou coletivo, facilita enormemente tanto o agir moralmente, ou com justiça, quanto o sentir-se bem, e tal modo de conhecimento está condicionado pelo tipo de vontade/caráter que se tem, e não pelo tipo de intelecto. No caráter em que egoísmo e maldade não são as motivações predominantes, ocorre mais facilmente de as eventuais dores individuais se dissolverem nas dores do mundo, “pois a participação espalhada por inumeráveis aparências não pode angustiar na mesma medida que a participação concentrada em *uma* única aparência” (SCHOPENHAUER, 2015a, [§66] p. 434).

O conhecimento da unidade essencial de todos os fenômenos, que fundamenta a conduta ética do ponto de vista *metafísico* – do ponto de vista empírico é a compaixão – é sintetizada por Schopenhauer através da fórmula dos Vedas *Tat twan asi*: “Isso és tu!”, ou seja, a pessoa que pratica a ação moral não enxerga diferença entre si e quem está à sua frente. O filósofo apregoa que “[q]uem é capaz de enunciar tal fórmula [*Tat twan asi*] para si mesmo com claro conhecimento e firme convicção íntima, referindo-a a cada ser que encontra, decerto assegura a posse de toda virtude e bem-aventurança e se encontra no caminho reto da redenção” (2015a, [§66] p. 434). É preciso enfatizar que a fórmula védica, não é uma máxima abstrata forjada pela razão, mas sim, a expressão em palavras – e logo, necessariamente precária – do *sentimento* imediato e inefável da unidade essencial de todos os fenômenos, sentimento que imediatamente motiva uma consideração respeitosa e compassiva do outro, bem como um agir virtuoso.

Gostaríamos ainda de mencionar a interessante descrição do “caráter sublime” presente no Livro III do MVR I, pois ali encontramos uma apreciação moral de um certo tipo de caráter feita sem a menção direta ao grau de cegueira mantido pelo véu de *Mâyā*, ou o *principium individuationis*. Ainda assim Schopenhauer analisa tal caráter em face de sua relação com um modo de conhecimento. Diz Schopenhauer (2015a, p. 239-240) no §39 do MVR I, dedicado à explanação do sentimento do sublime:

Sim, também ao ético pode-se aplicar a nossa explanação do sublime, a saber, àquilo que se descreve como caráter sublime. Este também se origina do fato de a vontade não ser excitada por objetos que, normalmente, são propícios para excitá-la; mas, ao contrário, aí o conhecimento prepondera. Um semelhante caráter, conseqüentemente, considerará as pessoas de maneira puramente objetiva, não segundo as relações que poderiam ter com a sua vontade: o caráter sublime, por exemplo, notará erros, ódio, injustiça dos outros contra si, sem com isso ser excitado pelo ódio; notará a felicidade alheia, sem sentir inveja; até mesmo reconhecerá as qualidades boas dos homens, sem no entanto procurar associação mais íntima com eles; perceberá a beleza das mulheres, sem cobiçá-las. A felicidade ou infelicidade pessoais não lhe afetará profundamente [...]. Pois, em seu próprio decurso de vida com seus acidentes, olhará menos a própria sorte e mais a da humanidade em geral, e,

assim, conduzirá a si mesmo mais como uma pessoa que conhece, não como uma pessoa que sofre.

O indivíduo de caráter sublime é aquele capaz de ter um conhecimento desinteressado do mundo. Ele não considera os outros desde um ponto de vista egoísta que ressalta tudo aquilo que é de interesse para a sua vontade, mas conhecerá os outros objetivamente. Ao dizer que a pessoa de caráter sublime, ao longo de sua vida, “olhará menos a própria sorte e mais a da humanidade em geral”, Schopenhauer parece estar incorrendo no mesmo tipo de raciocínio que ele sustenta no Livro IV do MVR I ao caracterizar a pessoa com qualidades morais elevadas como um indivíduo que não faz muita diferença entre ele mesmo e os outros, o que, em outras palavras, pode ser expresso como um indivíduo cujo modo de conhecimento não está dominado pelo princípio de individuação.

No entanto, precisamos chamar a atenção para o fato de que essa pessoa de caráter sublime que conduz a si mesmo muito mais “como quem conhece” do que “como quem sofre”, não chega a ser caracterizada por Schopenhauer como alguém que se engaja em atos de bondade, nem tampouco como alguém que age motivado pelo sentimento de compaixão, mas, sim, como alguém em grande medida *indiferente* aos outros, que não procura obter nada de ninguém, não deseja usar ninguém a fim de obter prazer ou evitar dor, pois ele já está satisfeito o bastante com a fruição do que ele possui dentro de si mesmo. No indivíduo de caráter sublime ocorre a preponderância do mero conhecer sobre a vontade, o que lhe confere um ânimo em grande medida inabalável. Isto se encontra ilustrado na descrição de Horácio feita por Hamlet, citada por Schopenhauer ao final do referido §39 (p. 240): “Fostes como alguém/ Que sofrendo tudo, nada sofreu;/ Um homem que recebeu equânime/ Tanto a favorável quanto a desfavorável fortuna”. Tal indiferença e equanimidade só podem se dar em um sujeito de vontade pouco veemente.

O caráter do indivíduo, isto é, sua vontade, é a fonte da qual emana todo o seu agir no mundo. Embora Schopenhauer se permita falar na existência de um “caráter sublime”, é interessante notar que ele em momento algum apregoa a exigência de um “caráter egoísta”, um “caráter mau”, ou um “caráter bom” – muito embora ele fale de uma “bondade de coração” – ou um “caráter justo”, ou um “caráter compassivo”, etc. Por que o filósofo se autoriza a postular a existência de um caráter sublime, mas não a de um caráter mau? Não a de um caráter compassivo? Não sabemos. Egoísmo, maldade, e compaixão, como vimos, são as três motivações básicas por detrás das ações apontadas por Schopenhauer em sua obra *Sobre o fundamento da moral*. Na curta passagem do autor no Livro III do MVR I acerca do caráter sublime não há nada que nos autorize a atribuir motivações de conotação moral por detrás do modo como o indivíduo de caráter sublime age. Até porque nesta

passagem, tal indivíduo é caracterizado como um sujeito muito mais voltado para o simples conhecer objetivo do que para o agir efetivo. Schopenhauer diz que as ações dos outros não afetam a pessoa dotada de um caráter sublime, e que os méritos dos outros não são capazes de suscitar interesse algum no indivíduo de tal caráter, o qual permanece indiferente frente aos atrativos alheios. Em suma, Schopenhauer não traça nenhuma caracterização positiva acerca do modo de agir em relação aos outros da parte de alguém dotado de um caráter sublime, mas sim, diz apenas o que ele *não* faz em relação aos outros.

Por outro lado, para se falar de egoísmo, maldade, compaixão, é necessário que se analise as ações efetivamente endereçadas a um outro, ações por trás das quais pode-se divisar um certo tipo de motivação, seja esta a de trazer benefício ao outro – neste caso tem-se uma ação com valor moral – seja a de trazer dano proposital ao próximo e contemplar sadicamente a sua dor. No caso de um indivíduo cuja vontade se compraz sobretudo no conhecimento objetivo, não na interação social e na realização de ações voltadas para outras pessoas, é mais difícil atribuir um valor moral às suas ações e conseqüentemente ao seu caráter. Ainda assim, pelo fato de o indivíduo de caráter sublime não ser possuído por maus sentimentos em relação aos outros, não nutrir inveja, ódio, raiva por seus semelhantes, e também pelo fato de que tal sujeito não usa os outros para satisfazer seus interesses pessoais, parece-nos não ser acertado dizer que seu caráter possui um valor moral positivo, mas presumir que em suas ações tal indivíduo seria no mínimo justo, visto que a justiça nasce da equanimidade e do conhecimento objetivo dos fatos, e de fato, na caracterização de Schopenhauer do caráter sublime, tanto a equanimidade como o conhecimento objetivo dos outros se fazem presentes.

### **Considerações finais**

A partir de tudo o que foi exposto aqui, podemos compreender que para Schopenhauer a conduta moral se dá a partir do momento em que o “véu de Mâyā” se levanta o suficiente perante dos “olhos espirituais” do sujeito de modo a permitir que este reconheça a essência comum que ele partilha com os demais e lhe permite sentir o que os outros sentem e ter compaixão. Esta relação entre a conduta e o grau de liberdade que o conhecimento do sujeito tem em relação ao princípio de individuação deve ser analisado desde um viés epistemológico ou desde um viés metafísico? Pensamos que ambas as abordagens tenham seu valor. O viés epistemológico é particularmente desafiador, uma vez que o conhecimento intuitivo e imediato da unidade metafísica de todos os

seres, do qual nos fala Schopenhauer, é notadamente um dos pontos mais obscuros de sua doutrina. No entanto, esperamos ter contribuído de algum modo para o entendimento de como Schopenhauer atribui valor moral à manifestação da vontade individual com as considerações oferecidas aqui a respeito dos tipos de motivação por detrás da conduta humana e de que modo esta se relaciona com o grau de aderência ao princípio de individuação com que se dá o conhecimento do sujeito. Concluimos que apenas um conhecimento de natureza *intuitiva e metafísica* – por mais misterioso, obscuro e paradoxal que este possa parecer – daquilo que se é, isto é, da própria essência, fornece a chave interpretativa para o reconhecimento de que tudo o que há não passa da manifestação de uma única e mesma Vontade. É possível que um ser humano chegue a um tal reconhecimento e não tenha seu coração invadido pela compaixão? Pensamos que não.

## REFERÊNCIAS

- SANTA MARÍA, P. L. Introducción. In: SCHOPENHAUER, A. **Los dos problemas fundamentales de la ética**. Madrid: Siglo Vientiuno de España, 2002. p. VII-XLVI.
- SCHOPENHAUER, A. Sobre el fundamento de la moral. In: SCHOPENHAUER, A. **Los dos problemas fundamentales de la Ética**. Trad. Intro., Anot. Pilar López de Santa María. Madrid: Siglo Vientiuno de España, 2002a. p. 133-299.
- \_\_\_\_\_. **O mundo como vontade e representação**: tomo II – complementos. Trad. Eduardo Ribeiro da Fonseca. Curitiba: UFPR, 2014. v. 2.
- \_\_\_\_\_. **O mundo como vontade e como representação**. Tomo I. Trad. Apres. Anot. Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2005; 2015a.
- \_\_\_\_\_. **O mundo como vontade e como representação**. Tomo II. Trad. Apres. Anot. Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2015b.